

MARCIO MOREIRA ALVES

de Brasília



Ética na política

• “Quem elegeu Jader Barbalho não foi o PSDB. Foi ACM. Não fosse sua sanha irracional contra ele, não tivesse se apresentado como patrono da candidatura Sarney, encontraríamos outra solução”. Essa tese, que me foi exposta pelo senador Teotônio Vilela, já ouvi de muitos outros e até li em colunas. É reveladoramente errada. O que elegeu Jader foi a insensibilidade moral dos políticos.

A tese da culpa de ACM é reveladora porque não examina o conteúdo da questão. Mostra que os senadores que a abraçaram não levaram em conta o passado de seu candidato. Não deram a mínima importância às acusações de enriquecimento ilícito contra ele levantadas, com uma pletora de documentos comprobatórios. Tampouco os comentaristas que a repetiram não perceberam que o que estava em jogo não era o resultado de uma luta livre entre dois senadores ou uma disputa entre partidos políticos. Era muito mais. Era a questão da ética na política. No seu centro está a honrabilidade de uma instituição essencial para o regime democrático: o Congresso.

Teotônio Vilela está, há cinco anos, na presidência do PSDB. Orgulha-se do trabalho que fez. Durante a sua gestão o número de deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores da legenda quase dobrou. Os rachas foram evitados. Cordial e paciente, não brigou com ninguém. Justifica a aliança com o PMDB para as eleições parlamentares dizendo:

— A minha obrigação era eleger o Aécio Neves presidente da Câmara. É um político jovem, ambicioso, com muito futuro. Tanto que pode até chegar à Presidência da República.

O preço moral a ser pago por essa vitória não entrou nas suas cogitações. Como não entrou nas dos ministros políticos e, muito menos, nas do presidente Fernando Henrique Cardoso. Resultado: há um desgaste brutal da imagem do Congresso e dos políticos em geral. O presidente, que poderia ter entrado para a história como uma versão melhorada de JK, vai entrar, em virtude da política cambial e econômica demagógica do primeiro mandato e em razão de sua cegueira e complacência moral, como uma versão revista e piorada de José Sarney. Lastimável. Para ele, para o Brasil e para os brasileiros. Parece que nossa sina é uma sucessão de desilusões e frustrações sem fim.

Aécio, que sente o prejuízo dos escândalos no Senado, tenta estabelecer um cordão sanitário em volta da Câmara, para evitar que a lama a invada. Diz:

— Vou votar e votar sem parar. Se a Câmara pára de trabalhar agora não retoma mais o trabalho legislativo até as eleições do ano que vem. Já estamos terminando a votação da previdência privada, que tinha ur-

gência constitucional e, portanto, bloqueava a pauta. Na semana que vem vamos colocar em votação a limitação para a edição de medidas provisórias. Em seguida vou colocar em votação a limitação das imunidades parlamentares aos crimes políticos, injúrias, calúnias, praticadas no Congresso e nos meios de comunicação. A imunidade para crimes comuns, como roubo e crimes contra a pessoa humana, acaba. Não será sequer preciso pedir licença à Câmara ou ao Senado para dar andamento aos processos. A única proteção a ser prevista é a de uma comissão de triagem dos processos, para evitar que um deputado, por ter brigado com o promotor da sua comarca, seja por ele perseguido, o que seria uma agressão à vontade dos eleitores.

Aécio espera poder colocar em votação também alguns pontos da reforma política já aprovados no Senado, como a extensão do prazo de filiação para quem desejar candidatar-se a um cargo eletivo. Caminha ainda pela Câmara um projeto de lei, do deputado cearense Mauro Benevides, tornando obrigatórias as prévias partidárias para a escolha dos candidatos à Presidência da República. O relator na CCJ é o advogado paulista José Roberto Batocchio. Diz Mauro:

— O relatório vai ser rápido e favorável. O Batocchio é do PDT e, no partido dele, as prévias para qualquer cargo são sempre ganhadas por um único candidato, Leonel Brizola.

O esforço de Aécio pode ser meritório, mas talvez não seja eficaz para impedir que a maré lamacenta ultrapasse o tapete azul do Senado e invada o tapete verde da Câmara. A oposição já conseguiu as assinaturas necessárias de deputados no requerimento de criação da CPI da Corrupção, cujos efeitos o governo tanto teme. A razão oficial para esse temor seria a perda da governabilidade. É um argumento favorito e antigo do presidente. Com o passar do tempo, está perdendo capacidade de convencimento. Nem todos os parlamentares desdenham a força da ética na política.

• **AMAZÔNIA:** Sigo esta manhã para a Amazônia, a convite da FAB, para conhecer a implantação do Sivam. Helena Chagas me substituirá nos próximos e trepidantes dias. Depois conto o que vi.